

LEI MARIA DA PENHA: ANÁLISE DO PERIÓDICO DO CFP, PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO

Gisseli Vilas Boas Costa¹
Marileide Antunes De Oliveira²

¹ Bacharelado em Psicologia da Faculdade do Vale do Juruena – AJES, Juína, MT. E-mail: gisseli.costa@hotmail.com

² Pós-doutora em Análise do Comportamento. Docente e Coordenadora do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Juruena, Unidade de Juína-MT. E-mail: marileide.antunes@ajes.edu.br

RESUMO: A Lei N. 11.340 recebeu o nome Maria da Penha Maia Fernandes em homenagem à própria Maria da Penha, mulher que sofreu violência doméstica, e foi promulgada após o Brasil ter sido denunciado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos por omissão do caso dela. O objetivo desse estudo é realizar uma revisão dos estudos científicos publicados no periódico eletrônico *Psicologia: Ciência e Profissão*, do Conselho Federal de Psicologia (CFP). A pesquisa incluiu artigos publicados entre os anos de 2010 a 2018, incluindo edições especiais. De trinta e três (33) edições, apenas seis (6) artigos tratavam do tema violência doméstica. Os dados desse estudo sugerem que, mesmo após a criação da Lei Maria da Penha, há muito que se trabalhar para que o silêncio das vítimas e os estereótipos sejam combatidos efetivamente.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Violência contra mulher. Conselho Federal de Psicologia.

MARIA DA PENHA LAW: ANALYSIS OF THE CFP ONLINE JOURNALS

ABSTRACT: The Brazilian Federal Law N. 11.340 was named after Maria da Penha Maia Fernandes, a woman who suffered from violence against women, when the Inter-American Commission on Human Rights formally accused Brazil of neglecting her case. The aim of the study was to carry out a literature review of the studies published at the Federal Association of Psychology (CFP)'s online journal *Psicologia: Ciência e Profissão*. This study included articles published between 2010 and 2018. Results show that only six (6) articles among thirty-three (33) editions investigated violence against women. Data suggest that even after the publication of Maria da Penha Law there is still considerable amount of work to be done towards effectively fighting against the silence of the victims and the social stereotypes.

Keywords: Maria da Penha Law. Violence against Women. Federal Association of Psychology.

INTRODUÇÃO

Nota-se que muitos valores da cultura patriarcal, que incluem a primazia dos direitos de uma pequena parcela de homens brancos, ainda são predominantes no país mesmo após a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988. Conseqüentemente, permanece atual o cenário de desvalorização da mulher, visivelmente presente nas muitas formas de comunicação midiática. Isso acaba tendo impacto negativo em situações da vida cotidiana, por meio de comentários que vão contra os direitos humanos, como por exemplo, as crenças populares de que “a mulher esta nesta situação porque gosta de apanhar”, “ela merecia” ou “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” (CFP, 2012).

No Brasil, a violência contra a mulher só comece a ganhar destaque no dia 7 de agosto de 2006, data de promulgação da Lei L^o 11.340, conhecida como Lei Maria Da Penha. Isso ocorreu após o Brasil ter sido denunciado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, através do documento 54/2001, por omissão do caso de Maria da Penha, que sofria de violência contra mulher e teve suas inúmeras denúncias negligenciadas pelo Poder Público (BRASIL, 2009).

A violência doméstica e familiar, de acordo com Machado e Gonçalves (2003), é o comportamento de discriminação, agressão ou coerção, direcionado à mulher e que causa dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Na maioria das vezes, o ato agressivo acontece na residência e em espaço público. Em situações de acolhimento de demandas e de denúncias, o trabalho do psicólogo é primordial para garantir a condução de uma escuta qualificada (PICIRILLI, 2016).

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2012) o trabalho do psicólogo deve ser respaldado no Código de Ética da profissão. Além disso, o psicólogo deve apresentar domínio das ferramentas de trabalho e utilizá-las devidamente, de acordo com as especificidades de cada caso. É primordial que o profissional psicólogo conheça os marcos legais da violência contra a mulher, desenvolva trabalho em equipe e utilize, em seu trabalho, instrumentos próprios da área no acolhimento, na avaliação e na intervenção em casos de violência contra a mulher.

Adotando as orientações do CFP, o psicólogo terá então liberdade para escolher que abordagem tomará como base para atender a mulher em situação de violência. Um exemplo é o método utilizado pela Terapia Cognitiva Comportamental (TCC) conhecido como *Projeto Parceria* (WILLIAMS, 2008), que visa fornecer informações sobre os Direitos Humanos, Direitos da Criança e Adolescente para mulheres que vivenciaram, em algum momento, um relacionamento abusivo. O Projeto também inclui tratamento e acompanhamento dessas mulheres com o objetivo de que a paciente consiga romper com o processo contínuo de relacionamento abusivo.

Vale ressaltar, de forma sucinta e breve, que o agressor tem seus direitos preservados, mesmo que venha a ser reincidente em tal delito. Nesse caso, é necessário que o agressor receba ajuda interventiva através do trabalho integrado das redes de apoio existentes no sistema público. Vale ressaltar que a “Noos e pelo Núcleo de Atenção à Violência foi primeira instituição a tomar a iniciativa de realizar intervenção com homens autores de violência contra mulheres (CFP, p. 92, 2012)”, em um trabalho desenvolvido no âmbito da Higiene Mental.

Isso é importante para prevenir um ciclo contínuo de violência em que o agressor poderia vir a reproduzir futuramente o mesmo histórico de violência em seus novos relacionamentos afetivos (PICIRILLI; MACCAFANI, 2016); em outros termos, isso caracteriza o trabalho da Psico-Higiene.

Em síntese, o presente artigo tem como proposta revisar o periódico eletrônico *Psicologia: Ciência e Profissão*. disponível na página do Conselho Federal de Psicologia (CFP) sobre o tema violência contra a mulher, no período entre 2010 e 2018.

MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa realizada se define por uma revisão sistemática de literatura, tendo como foco o que já se produziu especificamente sobre violência contra a mulher na revista *Psicologia* (periódico eletrônico): *Ciência e Profissão*, do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Os números da revista estão disponíveis online no site do CFP, com publicações desde a data de 1979 a 2018. No entanto, as edições de número especial foram lançadas apenas a partir de 2010. Nesse sentido, foram analisadas apenas as revistas do período de 2010 a 2018.

Utilizou-se o termo “violência contra mulher” como termo chave, a partir do qual os títulos e resumos foram lidos um a um. Foram selecionados para análise os artigos que tratassem diretamente do tema, excluindo-se os demais artigos. Os arquivos selecionados foram organizados em uma pasta no computador e lidos na íntegra.

O procedimento de análise consistiu na categorização dos artigos a partir dos seguintes itens: (a) ano, volume e número; (b) número de artigos com a temática violência contra a mulher por ano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quadro 1 apresenta a relação dos artigos encontrados por ano, volume e número:

Quadro 1: Violência contra a mulher no periódico Psicologia: Ciência e Profissão do CFP

ANO	VOL.	Nº	TEMÁTICA: VIOÊNCIA CONTRAA MULHER	EDIÇÃO ESPECIAL
2018	38	1	0	-
2017	37	1,2,3,4	0	Ψ
2016	36	1,2,3,4	0	-
2015	35	1,2,3,4	0	-
2014	34	1,2,3,4	1	-
2013	33	1,2,3,4	0	Ψ
2012	32	1,2,3,4	0	Ψ
2011	31	1,2,3,4	2	-
2010	30	1,2,3,4	3	Ψ

Fonte: AUTORAS.

Foram encontrados 9 volumes publicados pela Revista entre os anos de 2010 a 2018. À exceção do Volume 38, os demais apresentaram 4 números cada um. No total, encontraram-se 4 volumes especiais no período selecionado. Nota-se que, dentre todos os volumes, apenas 3 deles (V. 10, 11 e 14) possuem artigos abordando a temática violência contra a mulher, perfazendo um total de 33,3% do total.

No Quadro 2, estão relacionados os artigos encontrados por ano e por número. Os dados mostram que existem apenas seis (6) artigos publicados na revista Psicologia: Ciência e Profissão, no período de 2010 a 2018, tratando de violência contra a mulher. Isso sugere que há necessidade de mais estudos sobre o tema no periódico analisado, dada a relevância do mesmo para a área da Psicologia.

Quadro 2: Número de artigos tratando de violência contra a mulher

Ano	Número	N. de artigos	Edição Especial
2010	Nº 2	2 artigos	Ψ
2010	Nº 3	1 artigo	Ψ
2011	Nº 2	2 artigos	-
2014	Nº 3	1 artigo	-

Fonte: AUTORAS.

A seguir, os artigos serão descritos seguindo a ordem crescente dos anos em que foram publicados. Os primeiros a serem descritos são:

- a) *Atividade reflexiva com mulheres que sofreram violência doméstica* dos autores Ramos e Castro.
- b) *Elaborando uma cartilha sobre as ambiguidades da violência conjugal* dos autores Oliveira et al.
- c) *Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher* do autor Silva.

No artigo de Ramos e Castro (2010), é realizado um estudo qualitativo de uma instituição de apoio para mulheres que sofrerem algum tipo de violência (violência doméstica, estupro e assédio sexual). Cabe ressaltar que este serviço prestado pela instituição não é um trabalho terapêutico, entretanto, surte efeitos terapêuticos. É um espaço de reflexão sobre o cotidiano de seus participantes. Também é oferecido prestações de serviço do poder jurídico, social e psicológico para vítimas e familiares.

Já o trabalho apresentado por Oliveira et al. (2010) consiste da construção de uma cartilha sobre violência conjugal com subtemas na área da dominação masculina, diversidade, amor romântico e ambiguidades. São 15 alunos da Psicologia que elaboraram mediante discussões com a população e com especialistas da academia brasileira, foi impressa 200 cartilhas para distribuição a população, informando a população sobre violência contra as mulheres e que em briga de marido e mulher se mete a colher sim, pois é um problema de saúde pública.

O artigo de Silva (2010) teve como objetivo provar que desde os primórdios as mulheres foram vítimas de uma sociedade patriarcal reduzindo a mulher como um ser não pensante e uso como simples objeto, que se usa do jeito que quiser. Assim sendo, o autor buscou demonstrar o preconceito que existe e se faz se tratando de gênero, sexo, raça, etnia e

classe social. Em outras palavras, a criação de leis para o combate a violência contra a mulher exige buscar outros meios eficazes de combater essa violência.

As próximas publicações a serem descritas se referem às do ano de 2011, encontradas no volume 31, número 2. São elas:

- a) *Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão* das autoras Santos e Moré.
- b) *Habilidades maternas de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura* das autoras Fonseca e Williams.

A pesquisa de Santos e Moré (2011) nos remete às consequências de violência que vão muito além da própria mulher, inserindo neste contexto os próprios filhos que sofrem mesmo que indiretamente a violência familiar. Conseqüentemente, com a utilização de um instrumento (genograma), foi possível constatar que a violência sofrida por essas mulheres vem passando de geração a geração. As respectivas autoras sugerem que é preciso que haja mais ações políticas referentes às mulheres vítimas de agressões.

As autoras Fonseca e Williams (2011) procuraram analisar artigos que tivessem como proposta auxiliar essas mulheres vítimas de violência doméstica na questão de não propagar a violência para seus filhos. O resultado foi de 85 artigos, porém, apenas 28 foram analisados por se relacionarem com a proposta do trabalho e vale ressaltar que todos eram de origem internacional. Todos os dados foram de autorrelato das mulheres. Foi possível identificar que essa violência conjugal afetou negativamente o desenvolvimento de seus filhos. Mas, a partir do momento que recebiam o apoio de uma rede multidisciplinar o relacionamento mãe-filho se tornou positivo.

Já na revista do ano de 2014, volume 34, nº 3 foi encontrado apenas um (1) artigo referente à violência doméstica da autora Oliveira:

- a) *“Eu também sei atirar”! Reflexões sobre a violência contra as mulheres e metodologias estético políticas.*

O referido artigo de Oliveira (2014) nos traz uma nova ferramenta de investigação e intervenção social que tem por objetivo fazer desses participantes, pessoas emancipadas, ou seja, sujeitos pensantes, que tenham coragem de discutir e quebrar estereótipos de longa data construídos pela sociedade que estão inseridos. O dispositivo é o teatro fórum (TF), ministrado pela autora e estudantes de Psicologia. Os discursos feitos pelos participantes

(catadores e catadoras de material reciclável, profissionais de saúde, alunos de um programa de alfabetização e de um curso profissionalizante) foram analisados pela metodologia foucaultiana.

Em síntese, foi possível analisar que todos os seis artigos encontrados no periódico *Psicologia: Ciência e Profissão*, do Conselho Federal de Psicologia (CFP), tratam das características de uma população que ainda carrega estereótipos de que a mulher tem que ser frágil, que deve ser dependente financeiramente e emocionalmente de seus parceiros afetivos, do casamento até a morte, e que essas mulheres não devem agir de outra forma, pois essa é a condição de ser mulher. Outro ponto importante a relatar é a questão de haver uma equipe multidisciplinar preparada e equipada de subsídios para atender essas mulheres em situação de violência. Porém, esse sistema se encontra em processo de construção na maioria dos municípios deste país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência de uma sociedade machista, patriarcal e feudal ajudou a perpetuar por muito tempo uma visão e atitudes de crueldade contra a mulher, com dizeres de que a mulher ou era para casar quando se chega à fase adulta ou era para ser usada (meretrizes). Criando estereótipos favorecendo a ideia de que a mulher deve ser tratada como uma mercadoria com maior valor ou menor valor.

Os Direitos Humanos servem a todos e a todas, para garantir uma vida melhor e digna para cada cidadão, igualmente para o ser humano que está em constante desenvolvimento; assim, os direitos e deveres também são reajustados conforme a demanda. Apesar disso, foi necessário criar uma lei, a saber: Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006, denominada Lei Maria da Penha, a partir das determinações já presentes na Constituição de 1988 sobre os direitos da mulher.

Ressalta-se que é necessário o comprometimento no trabalho desenvolvido pelas equipes multidisciplinares que atendem mulheres em situação de violência, ajudando-as a ressignificar sua vida com novas perspectivas de uma vida familiar sem violência. Isso inclui a capacitação de profissionais que lidam diretamente com esses casos de mulheres vítimas de violência doméstica como: médicos, enfermeiros, psicólogos, promotores de justiça,

psiquiatras, assistente sociais, advogados, policiais entre outros, ou seja, para que saibam tratar a vítima com ética, respeito e humanidade.

Ainda, não se pode esquecer que o agressor também é um sujeito que está amparado pelo Constituição de Direitos Humanos e, sendo assim, é necessário realizar um atendimento multidisciplinar para com o agressor, pois, muitas vezes ele também já foi vítima de agressão e está reproduzindo o que aprendeu com seus familiares.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Por uma cultura da paz, a promoção da saúde e a prevenção da violência**. Série F. Comunicação e Educação em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Prêmio Profissional: “Democracia e Cidadania Plena das Mulheres”**. Brasília: CFP, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência**. Brasília: CFP, 2012.

FIGUEIREDO, Antônio Macena de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FFONSECA, Sabrina Mazo D’a. WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Habilidades Maternas de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica: Uma Revisão da Literatura. **PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 2011, 31 (2), 236-251. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n2/v31n2a04.pdf>> Acesso em: 28 março 2018.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. 2 ed. rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2008.

MACHADO, Carla. GONÇALVES, Rui Abrunhosa. **Violência e Vítimas de Crimes**. Coimbra: Quarteto, 2003.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares. "Eu também sei atirar"!: Reflexões sobre a Violência contra as Mulheres e Metodologias Estético Políticas. **PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 2014, 34(3), 555-573. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n3/1982-3703-34-03-0555.pdf>> Acesso em: 28 março 2018.

OLIVEIRA, Kátia Lenz de. et al., Elaborando uma Cartilha Sobre as Ambiguidades da Violência Conjugal. **PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 2010, 30 (2), 428-439.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a16.pdf>> Acesso em: 28 março 2018.

PICIRILLI, Cláudia Capelini. MACCAFANI, Ana Paula Moraes da Silva. **Psicologia e comunidade**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

RAMOS, Maria Eduarda. OLTRAMARI, Leandro Castro. Atividade Reflexiva com Mulheres que Sofreram Violência Doméstica. **PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 2010, 30 (2), 418-427. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a15.pdf>> Acesso em: 28 março 2018.

SANTOS, Ana Cláudia Wendt dos. MOREÍ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Impacto da Violência no Sistema Familiar de Mulheres Vítimas de Agressão. **PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 2011, 31 (2), 220-235. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n2/v31n2a03.pdf>> Acesso em: 28 março 2018.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e Discriminação: As Bases da Violência Contra a Mulher. **PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 2010, 30 (3), 556-571 Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n3/v30n3a09.pdf>> Acesso em: 28 março 2018.

WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. MALDONADO, Daniela Patrícia Ado. COSTA, Ricardo da. **Uma vida livre da violência**. Projeto Parceria. Módulo (1). Cartilha - Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Psicologia. Padovani, 2008.

Submetido em: 14/07/2018

Aceito em: 07/08/2018

Publicado em: 30/08/2018